

# CONFLITOS NO GARÇAS E CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL NO LESTE DE MATO GROSSO (1922-1926)

## CONFLICTS IN GARÇAS AND TERRITORIAL CONSOLIDATION IN EASTERN MATO GROSSO (1922-1926)

<https://doi.org/10.22228/rtf.v17i2.1316>



**Rafael Alves Pinto Júnior**

✉ Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Goiás

ID <https://orcid.org/0000-0002-8439-9586>

✉ Email: [desenhoifg@gmail.com](mailto:desenhoifg@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar os conflitos, originados na ocupação por garimpeiros a partir de 1908, na região do rio Garças entre 1920 e 1926 enquanto elementos catalisadores da política de legitimação territorial do governo de Mato Grosso. Uma atividade mineradora que propiciou, dentre outras coisas, o estabelecimento de uma corrente de migrantes nordestinos que contribuiu para alterar a dinâmica populacional no interior do Brasil.

**Palavras-chave:** Fronteiras, ocupação territorial, conflitos.

**Abstract:** This article aims to analyze the conflicts arising from the occupation by miners from 1908 onwards, in the Garças river region between 1920 and 1926 as elements of the Mato Grosso government's territorial legitimization policy. A mining activity that led, among other things, to the establishment of a stream of northeastern migrants that contributed to changing the population dynamics in the interior of Brazil.

**Keywords:** Borders, territorial occupation, conflicts.

A vasta região entre o rio das Mortes e o Araguaia esteve em litígio entre Goiás e Mato Grosso desde o estabelecimento da capitania em 1748 até a década de 1920. Sucessivos tratados de resolução definitiva esbarraram em questões envolvendo o povoamento, a extensão e a política entre as partes. Goiás, enquanto sustentava o direito histórico sobre o estabelecimento dos limites com Mato Grosso, não possuía meios de ocupar e controlar a porção da área que alegava inscrita em seu perímetro. Mato Grosso, ao contrário, desde o

século XVIII incentivou a ocupação e exploração da região entre Cuiabá e o Araguaia. Afinal, era naquela direção que era feita a articulação com a capital de Goiás através da *Estrada do Cuyabá* que se interligava ao *Caminho dos Goyazes* até São Paulo.<sup>1</sup> O espaço “vazio” foi ao longo do tempo ocupado por forças produtivas, ora espontaneamente, ora comandadas estrategicamente por um poder central, ao ponto de criarem uma situação de fato irreversível tanto do ponto de vista histórico, quanto geográfico e político.<sup>2</sup>

A área denominada de *leste matogrossense*, objeto de litígio com Goiás, correspondia genericamente as áreas dos municípios e respectivos distritos de Alto Araguaia (Alto Garças, Itiquira e Ponte Branca); Guiratinga (Alcantilado, Batovi, Cassununga, Tesouro e Torixoréu); Barra do Garças (Araguainha, Cocalinho, São Félix); e Poxoréu (Alto Coité, Coronel Ponce, Ponte de Pedra, Rondonópolis e Toriparu).<sup>3</sup> Este artigo é uma tentativa de contribuir para a compreensão do processo de ocupação e consolidação territorial desta relevante parcela do território nacional.

Aqui, não cabe (re)analisar a complexidade e polissemia do vocábulo *território*. Conforme o entendimento de pesquisadores como Haesbaert<sup>4</sup>, por exemplo, mais do que (re)interpretar o “que é” ou “o ser” do território, importa observar quais práticas são acionadas a partir destes conceitos construídos academicamente. Neste sentido, este recorte está dedicado a compreender o processo de consolidação do controle estatal que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, notadamente após os conflitos nas áreas de garimpo do Garças entre 1922 e 1926. Houve, além das dimensões políticas, administrativas, físicas e geográficas, uma série de acontecimentos que concatenaram dramas e vivências humanas responsáveis por alterar a demografia de uma considerável parcela no interior do território nacional. Reduzir este conflito a embates por barreiras em linhas convencionadas em cartografias, configurações políticas ou afirmações de personalidades locais implica em reduzir a questão e silenciar a ação de uma população, em sua maioria, anônima e silenciada enquanto agente histórico.

Metodologicamente, destacaremos o processo de ocupação, a descoberta das jazidas diamantíferas e a instalação de uma dinâmica dos conflitos na região. Processo este com

<sup>1</sup> BARBO, Lenora. *Cartografia Histórica. Território, Caminhos e Povoados em Goiás: 1722-1889*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2015, p. 292.

<sup>2</sup> NETO, Antônio Teixeira. *Evolução histórica e geográfica das fronteiras do Estado de Goiás*. Observatório Geográfico de Goiás, p. 22. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/teixeira\\_neto\\_ant\\_nio\\_evolu\\_o\\_hist\\_rica.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/teixeira_neto_ant_nio_evolu_o_hist_rica.pdf). Acesso em: 08 dez 203.

<sup>3</sup> LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Tensões e conflitos no “Planalto dos Alcantilados”: Bororos, Fazendeiros e Garimpeiros no Leste de Mato Grosso (1880-1925)*, p. 105-142. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (Org.). *Nova História do Mato Grosso Contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2018, p. 106.

<sup>4</sup> HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

força suficiente para criar uma inflexão no vetor da velocidade da longa trajetória da configuração espacial de limites entre Mato Grosso e Goiás. Esta divisão é apenas metodológica dado que muitos dos eventos e desdobramentos são cronologicamente simultâneos.

## Frente pioneira, fazendeiros e diamantes

A ocupação das terras do atual leste do estado do Mato Grosso, no final do século XIX, fez deslocar à oeste, a frente de expansão agropecuária instalada a partir do sudoeste de Goiás na década de 1830. As posses, fundamentadas na criação de gado, empurraram a ocupação antes restrita ao sul de Goiás em direção ao Araguaia. Conforme observou José de Souza Martins, antes de ser o território do novo, a fronteira à frente de expansão revelar-se-ia, como já havia acontecido em outras regiões do Brasil, lugar da afirmação do domínio altamente desumanizador.<sup>5</sup> Este processo marcou uma nova etapa nos conflitos na região ancestralmente ocupada pelos indígenas da etnia Bororo que, de acordo com pesquisadores como Mario Bordignon, alcançava praticamente toda a cabeceira do rio Araguaia, partes do atual sudoeste de Goiás e grande parte do leste de Mato Grosso.<sup>6</sup>

Entre 1836 e 1845, integrantes das famílias Garcia, Vilela, Carvalho, Junqueira e Moraes, oriundos de Minas e São Paulo, demarcaram posses na região sudoeste de Goiás: a partir de Rio Verde até o Sucuriú e entre as nascentes do Araguaia até praticamente a barra do rio Caiapó. Com o sucesso e a consolidação das posses, sobretudo a partir da regularização propiciada pela Lei de Terras de 1850, os descendentes destes fazendeiros prosseguiram com implantações de novas posses e demarcações de novas propriedades nas margens esquerdas do rio Araguaia<sup>7</sup>.

Um dos primeiros fazendeiros que se transferiram do sudoeste de Goiás para Mato Grosso foi Antônio Cândido de Carvalho, um dos dez filhos do fazendeiro José Carvalho Bastos e Ana Cândida Gouveia de Moraes. De acordo com Jurandir da Cruz Xavier o fazendeiro estava à procura de ouro.<sup>8</sup> Para Binômino da Costa Lima<sup>9</sup>, a questão da mudança para o sertão foi o resultado de uma decepção matrimonial. Por uma causa ou outra, em 1887, Antônio Cândido de Carvalho deixou a fazenda *Tamboril* nas imediações de Jataí e se fixou às margens do rio Itiquira em Santo Antônio da Guia. Estabeleceu fazenda de gado e

<sup>5</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 138.

<sup>6</sup> BORDIGNON, Mario E. *Os bororós na história do Centro-oeste brasileiro: Boé e e-ró marigudúwo*. Campo Grande: CIMI-MT, 1987.

<sup>7</sup> LIMA, Binômino da Costa Lima; FRANÇA, Almério Barros. *Primeiros Fazendeiros do Sudoeste Goiano e do Leste Mato-Grossense*. Curitiba: Appris, 2021.

<sup>8</sup> XAVIER, Jurandir da C. *O Poxoréo e o Garças: A saga dos garimpeiros*. Cuiabá: Calendários do Sol, 1999, p. 16.

<sup>9</sup> LIMA, op. cit. P. 238.

comércio abastecido via fluvial através do Prata, Paraguai e Piquiri. A posição da sede do fazendeiro reforçou as rotas comerciais de abastecimento de sal para os fazendeiros de Goiás. Além da sede, ele possuía outra fazenda no rio Aoiáu, afluente do rio Pogubo. Sertanista experiente e em contato direto com os indígenas Bororo, efetuou algumas expedições de reconhecimento em 1897 no sertão do rio Garças. Inicialmente sozinho e depois com uma comitiva que não era pequena. Além de Antônio Cândido e dos guias indígenas Bororos, integravam a expedição outros fazendeiros: Celso Passini, José Francisco Vilela, Bonifácio de Ribeira Macedo, Salustiano Duarte Moraes, Manoel Pedro Serra Dourada, Manoel Francisco de Oliveira e Baldoino José da Silva. Procuravam rios navegáveis, possibilidades de estabelecimentos de portos, terras para criação de gado e a ocorrência de ouro e diamantes. Repetia-se o modelo exploratório: identificação, reconhecimento, demarcação e ocupação.<sup>10</sup> A expedição foi bem sucedida e não tardou para que a existência de “bons campos de criar” nas imediações de Itiquira provocasse o assentamento de nova onda de posseiros.

Em 1888, o fazendeiro Manoel de Carvalho Bastos, irmão de Antônio Cândido, instruiu seu genro, João Marques casado com sua filha Maria Prudenciana, para encontrar outras terras capazes de sustentar criação de gado naquela região. Manuel Bastos, João Marques e um batedor rumaram para as imediações do povoado de Mineiros, daí para o oeste e fizeram pouso nas margens direitas do Araguaia. Passaram o rio e seguiram até “Água Emendada”, construíram marcos e retornaram. A família seguiu as indicações de Antônio Cândido e se mudou definitivamente para as novas posses por volta de 1890<sup>11</sup>: deixaram a *Bom Jardim* sob o cuidado de parentes e seguiram para formar uma nova fazenda demarcada às margens do córrego de São Vicente.<sup>12</sup>

João José de Moraes, conhecido por Cajango, acompanhou o sogro Manoel Carvalho Bastos. Também descendente de uma família de posseiros e fazendeiros – filho de Joaquim Antônio de Moraes e Balduina Cândida da Silveira, nascido na Comarca de Prata (MG) – havia se mudado com a mãe viúva em 1879 para a fazenda *Mumbuca* em Goiás.<sup>13</sup> Demarcou posses e formou a fazenda *Boa Vista*.<sup>14</sup> Devido à localização, a propriedade converter-se-ia em importante ponto de referência para a exploração de diamantes que se seguiu. Um dos retiros, São Vicente, articulava-se com a região onde seria criada a cidade de Guiratinga, para Cafelândia e para Buriti, importante ponto para negócios na época. Outros da família

<sup>10</sup> MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Rio de Janeiro: Typ Salesiana, 1919, p. 345. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2579>. Acesso 22 set 2023.

<sup>11</sup> LIMA; FRANÇA, op. cit., p. 147.

<sup>12</sup> Atualmente entre Alto Araguaia e Rondonópolis.

<sup>13</sup> Atualmente na região de Mineiros.

<sup>14</sup> Atualmente na região entre Guiratinga e Alto Garças.

não tardariam a seguir a trilha: em 1905, seu irmão e cunhado Luis Antônio de Moraes vendeu a *Mumbuca* e demarcou posses nas imediações do Garças e formou a fazenda *Estrela*.<sup>15</sup>

As terras da região do Garças atraíram outros posseiros. Em 1903, por exemplo, a convite do juiz de Direito do Registro do Araguaia, chegava à região o engenheiro agrônomo José Morbeck. Nascido em 1878, na cidade baiana de Maracás, estava interessado em montar fazenda de gado. Adquiriu posses que somavam 500.000 hectares entre o rio Garças, Araguaia e Diamantino e montou a fazenda *Patagônia*. Em 1913, já casado com a professora Arlinda Pessoa da Silva, mudou-se para Cuiabá onde foi empregado pelo governo estadual no cargo de Diretor da Repartição de Terras, Minas e Colonização.<sup>16</sup> José Morbeck teria um papel relevante nos desdobramentos da questão do controle da vasta área ocupada pelos garimpos do Garças. No cargo, não tardou a tomar conhecimento da descoberta de diamantes na região do Garças e procurou estreitar laços com os garimpeiros, na sua maioria seus conterrâneos. Além do mais a *Patagônia* estava praticamente no epicentro da região diamantífera.

De acordo com Luis Sabóia Ribeiro<sup>17</sup> o fazendeiro Cajango também não tardou a reconhecer a potencialidade mineradora no cascalho da região do Garças. Morbeck não foi o único que reconheceu os sinais da presença de diamantes no cascalho das margens dos rios locais. Aquela não era a única nem a primeira região diamantífera em Mato Grosso. As primeiras descobertas em Mato Grosso ocorreram por volta de 1738, antes da criação da Capitania em 1748. O monopólio da exploração já vigorava na colônia e os sítios foram classificados como “proibidos”. Dentre eles destacaram-se os localizados nos ribeirões Três Barras, Diamantino e os sítios de Santa Anna e São Francisco Xavier.<sup>18</sup> Os contrabandistas identificados eram punidos. Em 1790, por exemplo, em Cuiabá, o padre Domingos da Silva Xavier, irmão do alferes Joaquim José da Silva Xavier, chegou a ser detido sob a acusação de comercio e “traficâncias” de diamantes.<sup>19</sup>

Ainda que as localizações das jazidas fossem imprecisas era praticamente de senso comum que toda a região da bacia do Garças era diamantífera. Em junho de 1909, o

<sup>15</sup> LIMA; FRANÇA, op. cit., p. 418.

<sup>16</sup> Ato nº 462 de 28 jan de 1913.

<sup>17</sup> RIBEIRO, Luis Sabóia. *Caçadores de Diamantes*. Rio de Janeiro: Ed. Melso, 1959, p. 36.

<sup>18</sup> CEGATI, Evandro Gabriel. *Proibição e extração de diamantes na capitania de Mato Grosso*. Dourados (MS): Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, 2017, p. 132, p. 34-38. Disponível em: <https://www.pphufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/Proibi%C3%A7%C3%A3o-e-Extra%C3%A7%C3%A3o-de-diamantes-na-Capitania-de-Mato-Grosso-Final.pdf>. Acesso em: 11 nov 2023.

<sup>19</sup> MENDONÇA, Op. cit., p. 112.

fazendeiro Cajango, a partir de informações obtidas em 1905<sup>20</sup> com os indígenas locais<sup>21</sup>, organizou uma pequena comitiva composta por seis pessoas – João Feliciano Cezilos e Joana Francisca de Jesus, José Luiz Zelino, Chico preto, Ângelo Italiano, Maria Barbosa e um guia indígena Bororo – até alcançarem o pontal do Cassununga<sup>22</sup> com o Garças.<sup>23</sup> As prospecções foram positivas e alguns diamantes foram trocados com Cajango por mantimentos e ferramentas. Em 1909, João Feliciano Cezilos – que havia sido garimpeiro da Chapada Diamantina - levou para Cuiabá cerca de cinco onças de diamantes, vendidos por 1.300\$000 réis. Cajango também vendeu pedras em Araguari: as gemas caíram no mercado e fizeram mover as engrenagens dos interessados na exploração. No Rio de Janeiro o joalheiro Luiz de Rezende, que praticamente concentrava a compra no atacado das pedras brutas, percebeu que os diamantes do Garças eram diferentes dos extraídos em Minas Gerais e de boa qualidade. Encarregou seu agente de compras sediado em Diamantina, o “capangueiro”<sup>24</sup> Daniel de Lima, para investigar as jazidas, a origem, a potencial exclusividade da compra e a possibilidade de se instalar como produtor. Sob sua coordenação, o grupo de garimpeiros de João Feliciano Cezilos, passou a ser o elo exclusivo entre os garimpeiros do Garças e o Rio de Janeiro com significativa produção: entre 1916 e 1919, por exemplo, Daniel de Lima enviou ao patrão onze quilos e duzentas e cinquenta gramas do mais lídimo diamante.<sup>25</sup>

Entre 1909 e 1910, a exploração ficou praticamente limitada àquele pequeno grupo. Entretanto, quando os diamantes vendidos por Cajango chegaram no mercado, o quadro se alterou e provocou um surto em direção às jazidas: toda a área aproximadamente formada pelo triângulo entre Poxoréu, Barra do Garças e Alto Araguaia ficaria conhecida como o “triângulo dos diamantes.”<sup>26</sup> De acordo com Luís Sabóia Ribeiro, o epicentro das lavras estava contido na área contida ao norte pelo Rio das Mortes, ao sul pelo Itaquira, a leste pelo Araguaia e a oeste pelo rio São Lourenço. Conforme podemos observar na figura 1, ainda

<sup>20</sup> FRANÇA, Basileu T. Capangueiros e Jagunços. Goiânia: CERNE, 1987, p. 64.

<sup>21</sup> Luis Sabóia Ribeiro colocou que: “Certa vez Cajango indagou de um índio André, de uma das aldeias da vizinhança, sobre o assunto. Para se fazer compreender por André, usou de um artifício. Pegou um cristal qualquer e fez refletir na superfície os raios solares, que se distribuíram em mil feixes, indagando por sinais até que o bugre compreendeu a mimica. Era uma coisa semelhante que queria Cajango. O velho cacique, etremeiando palavras com gestos, relatou que um dia de pesca no pontal do Caçununga com o rio das Garças viu das ribanceiras cair no rio uma pedra tão brilhante que lhe ofuscou a vista. Talvez fosse o que em sua língua chamam *toricuíêge*, ou em tradução pedra que brilha como estrela” (op. cit., p. 37).

<sup>22</sup> Cassununga foi o ponto de origem de vários garimpos que se tornaram povoados e depois cidades: Baliza, Torixoréu, Engenheiro José Morbek (depois Lajeado e por fim Guiratinga), Tesouro, Batovi, Cafelândia, Café Bonito (Alto Garças), Alcantilado, Criminosa, Bandeira.

<sup>23</sup> Local identificado como “Garimpo Velho”

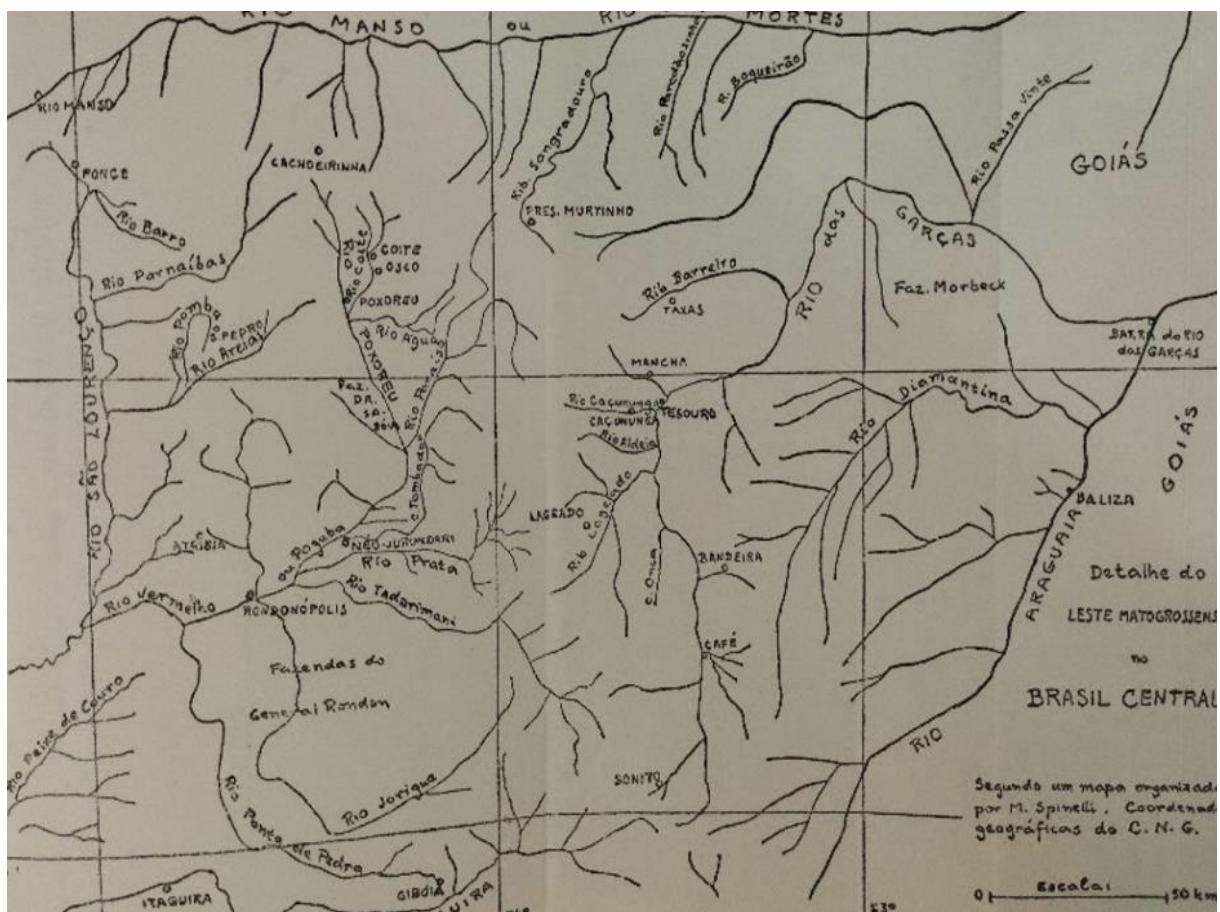
<sup>24</sup> Indivíduo que compra diamantes.

<sup>25</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 43.

<sup>26</sup> FRANÇA, Basileu Toledo. *O triângulo dos diamantes*. Goiânia: Ed. UFG, 1994, p. 38.

que houvesse “monchões”<sup>27</sup> e “grupiaras”<sup>28</sup> nas imediações, as maiores jazidas estavam nesta área.

Figura 1 – Detalhe do Leste Matogrossense no Brasil Central, segundo um mapa organizado por M. Spinelli. 1959.



Fonte: RIBEIRO, op. cit. Anexo

Este fenômeno migratório não passou desapercebido. O pesquisador João Antônio Botelho Lucílio observou que, ainda em 1914, o presidente do estado – Joaquim Augusto da Costa Marques – já tentava conter a forte onda de migrantes em direção aos garimpos e controlar a exploração no vale do rio das Garças e afluentes.<sup>29</sup> Não conseguiu. A cada dia mais e mais pessoas chegavam à região, inclusive de outras regiões de Mato Grosso, Goiás e imediações de Cuiabá:

Segundo as pesquisas de M. Baxter, no rio Garças, em 1923, já havia quarenta e quatro currutelas e uma população de 18.000 pessoas. Metade viera da Bahia. Um terço do Maranhão. O restante, de outros estados (BAXTER, 1988). Todavia, em documento de circulação interna, enviado à Inspetoria Salesiana de São Paulo, o padre Jean Doroure, Vigário Delegado da Prelazia

<sup>27</sup> Garimpo afastado da corrente do rio.

<sup>28</sup> Garimpagem que se faz nos barrancos, sujeira a invasão de águas.

<sup>29</sup> LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Tensões e conflitos no “Planalto dos Alcantilados”: Bororos, Fazendeiros e Garimpeiros no Leste de Mato Grosso (1880-1925)*, p. 105-142. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (Org.). *Nova História do Mato Grosso Contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2018, p. 105-142.

de Registro do Araguaia, informava que, em 1925, a superfície territorial sob sua jurisdição era de 275.000 km<sup>2</sup> e sua população estimada em 3.000 almas distribuídas em vinte currutelas (RELATÓRIO enviado à Inspetoria Salesiana de São Paulo, pelo padre Jean Doroure, Vigário Delegado da Prelazia de Registro do Araguaia em 1938. Arquivo da Diocese de Guiratinga, MT).<sup>30</sup>

Não tardaria para que essa efervescência em direção às novas jazidas despertasse a concorrência interna no mercado atacadista. Em 1919, por exemplo, Abraham Jonas Polak, funcionário da *United States Steel Products Company* no Rio de Janeiro, passou para o ramo das gemas, e enviou amostras ao exterior.<sup>31</sup> Polak, em pouco tempo, tornou-se um dos nomes importantes no comércio de pedras preciosas. Inclusive pedras célebres como, por exemplo, o *Presidente Vargas*, *Tiro 4º* e *Abadia de Dourados*<sup>32</sup>, passaram ao comércio internacional por seu intermédio. O comerciante possuía uma rede de emissários e comissionados em diversas regiões produtoras no país, inclusive na Chapada Diamantina e, de lá, deslocou Cândido Soares Filho – conhecido pela alcunha de Candinho – para a região do Garças. Em 1920, a presença de Candinho bipartiu o predomínio local de compra de pedras consolidado por Daniel de Lima<sup>33</sup> e formou um grupo coeso: após ter ido à festa do Bom Jesus da Lapa na Bahia retornou com um grupo de “camaradas”. Esta viagem produziu outro resultado: divulgou a existência das minas em Mato Grosso. A partir daí novas levas de trabalhadores, aventureiros, famílias e iniciantes anônimos interessados em “bamburrar”<sup>34</sup> e enriquecer, para depois retornar às regiões de origem, tomaram o rumo do vale do rio Garças.

Vários eram os caminhos que conduziam os interessados aos garimpos de Mato Grosso. Pesquisadores como João Carlos Barroso<sup>35</sup> e Pedro Pereira Borges<sup>36</sup> identificaram quatro rotas principais. Os baianos seguiam, basicamente, por três direções alternativas: por via fluvial no São Francisco até Pirapora, daí até Belo Horizonte e de trem até São Paulo e Campo Grande para alcançar Cuiabá através de caminhões ou barcos e, daí chegar as minas; pelo

<sup>30</sup> Idem, p. 122.

<sup>31</sup> *Expediente da Alfandega*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 4 de jan 1919, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_02/37793](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_02/37793). Acesso em: 22 nov 2023.

<sup>32</sup> LEONARDO, O. H.; SALDANHA, R. *Diamante “Darcy Vargas” e outros grandes diamantes brasileiros*. São Paulo: Boletim Fac. de Filosofia e Letras – Série Mineralogia v.18, n. 3, 1939, p. 3-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/bigusp/article/45199/48811/53942>. Acesso em 22 nov. 2023.

<sup>33</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: Ed. UFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2006, p. 152-153.

<sup>34</sup> Achar pedras preciosas ao acaso (RIBEIRO, op. cit., p. 268).

<sup>35</sup> BARROZO, João Carlos. *Em Busca da Pedra que Brilha como Estrela: um estudo dos garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai-Diamantino*. Cuiabá: EdUFMT, 2007, p. 135-137.

<sup>36</sup> BORGES, Pedro Pereira. *Poxoréu: Percursos Históricos-Políticos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012, p. 50. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3448/1/Pedro%20Pereira%20Borges.pdf>. Acesso em 12 nov. 2023.

mar, de Salvador até Santos e daí a São Paulo, Campo Grande e Cuiabá ou através do sertão, a pé ou em cavalgaduras até a capital de Goiás e daí à região do Garças e Diamantino. Os maranhenses, do interior do Maranhão ou radicados no sudeste do Pará seguiam o rio Araguaia para, a partir de Araguaína e Barra do Garças, alcançar as regiões de garimpo. Os paraenses ultrapassavam o rio das Mortes e os residentes em Mato Grosso seguiam os caminhos fluviais e terrestres internos até alcançar o Garças.

O cenário era de tensão e instabilidade. Uma instabilidade que aumentava a cada onda de interessados que procurava se acomodar no local. Além dos garimpos e da produção existia toda uma população que demandava necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde e transporte. Instalava-se um drama humano de pura sobrevivência no meio do sertão. O período entre 1910 e 1925 seria marcado pela itinerância generalizada, produto do quadro geral de precariedades instalado:

As distâncias a percorrer, a falta ou precariedade das estradas, a geografia desconhecida e a topografia accidentada da região, o fato da maioria andar a pé deve ter limitado o volume de cargas (o saco com roupas e algum mantimento) e os instrumentos de trabalho (facão, machado, enxadas, alavancas e bateias) levados pelos garimpeiros. É bem verdade que pequenos comerciantes acompanhavam seus deslocamentos e os abasteciam.<sup>37</sup>

Os conflitos para controlar o vale do Garças, que surgiram desconectados do poder estatal, eram praticamente inevitáveis: personagens antes anônimos, fazendeiros e garimpeiros reunir-se-iam em uma força que marcaria politicamente a região. A razão de não haver controle estava lastreado no litígio sobre o território: enquanto Goiás e Mato Grosso alegavam controle jurídico sobre as terras nada de efetivo foi feito para controlar o acesso e a exploração das jazidas. Neste sentido, qualquer tentativa de compreensão dos conflitos no Garças tem de levar em consideração o quadro de forças que disputavam o poder econômico e político daquele espaço. Este quadro era formado, local e essencialmente, por três vetores: Daniel de Lima, representava os interesses dos principais comerciantes nacionais e internacionais de pedras preciosas da época; José Morbeck e Manoel Balbino de Carvalho polarizavam as disputas internas e o governo de Mato Grosso que sustentava a demanda com Goiás pelo controle daquela parte do território nacional.

### **Monopólio e controle: “Ou cai a concessão ou arrebenta a revolução”**

Imerso neste cenário de afluxo migratório e exploração descontrolada era questão de tempo para que alguém ambicionasse alguma iniciativa monopolista. Parece ter sido o caso

<sup>37</sup> LUCÍDIO, op. cit., p. 120.

da solicitação, em 1913, ao governo de Mato Grosso para a exploração do rio Coxipó Mirim e das jazidas existentes ao longo do Garças, da cabeceira até a foz no Araguaia. Os jornais oposicionistas protestaram:

A concessão do leito do Coxipó prejudica o serviço projetado de abastecimento dagua à nossa capital. [...]

A concessão do leito do rio das Garças e seus afluentes, nas condições eguaes às das concessões concedidas em que o pretendente tem de explorar as terras para conhecer a passanha ou riqueza das minas será um verdadeiro presente nababesco ao requerente.

Todo mundo sabe que há cerca de três anos foram descobertas as minas diamantinas do Garças, que tem attrahido para as suas margens centenas de garimpeiros que dali tem extrahido grande quantidade de diamantes, cuja exportação se faz clandestinamente sem que nenhuma providencia ate hoje tenha sido tomada, não só em relação aos prejuízos do fisco como pelos conflictos sanguinolentos já ali ocorridos.<sup>38</sup>

O governo chegou a emitir uma resolução<sup>39</sup> mas o Diretor da Repartição de Terras, Minas e Colonização – José Morbeck – deu parecer contrário à concessão e foi demitido. Morbeck retornou para sua posse no Garças e passou a aglutinar garimpeiros contrários à instalação de qualquer concessão para a exploração das jazidas. A concessão não foi deferida, mas a simples existência da solicitação, repassada em 1915 para Coronel Antônio Mota Moreira<sup>40</sup>, criou nova camada de tensão e protestos entre os garimpeiros dispostos ao longo das setenta léguas no rio Garças e adjacências. Ao mesmo tempo Morbeck aparecia como um interlocutor do governo, ainda que não autorizado, no garimpo. De acordo com Basileu Toledo França<sup>41</sup>, a projeção de José Morbek como líder diante do governo estadual de Mato Grosso se devia a ele ter organizado um batalhão para apoiar o governador Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, atraído apoiadores entre os garimpeiros da região do Garças. Criou um fato resultante em que seu nome fosse reconhecido como líder entre os garimpeiros. Do lado dos garimpeiros, ele passou a ser visto como articulador com o governo. Do lado do governo, ele apareceu como aliado. De um jeito ou de outro, aparecia líder.

Três governantes, entre 1915 e 1918 - Caetano Manuel de F. e Albuquerque, Camilo Soares de Souza e Cipriano da Costa Ferreira – não resolveram o controle dos garimpos, preocupados com questões internas mais urgentes. O período era muito conturbado. Em

<sup>38</sup> A exploração mineral dos rios Coxipó e Garças. *O Matto-Grosso*, Cuiabá, n. 1172, 26 jan. 1913, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/716189/1426>. Acesso 30 nov 023.

<sup>39</sup> Resolução nº 686, de 26 de junho de 1914.

<sup>40</sup> Lei nº 707 de 15 de julho de 1915.

<sup>41</sup> FRANÇA, op. cit., p. 74.

janeiro de 1918, assumiu a presidência do Estado, o Bispo de Prussiade, Dom Francisco de Aquino Corrêa, cuja eleição deveria representar um movimento de conciliação política e pacificação interna entre as elites oligarcas. Para um homem com o perfil de D. Aquino a questão do Garças era bastante delicada. Além de assumir o posto de governante era bispo católico e certamente sua reputação, no mínimo, ficaria maculada caso despejasse à força milhares de trabalhadores pobres de seu único sustento. Além disto, era de público conhecimento que os garimpeiros estavam dispostos a reagir sob a liderança de José Morbeck caso o governo de Mato Grosso impusesse intervenção. Além disto, o governo de Goiás, que sustentava a demanda sobre a posse legal do território até o rio das Mortes, apoiava os garimpeiros em caso de conflito com Mato Grosso. Goiás, na realidade, mantinha o apoio aos garimpeiros inscrito nos discursos e promessas. Mas não impôs nenhuma medida de controle: manteve livre o acesso às áreas mineradoras e os canais de abastecimento de víveres, ferramentas e armas através de Santa Rita do Araguaia, Registro e Mineiros.

Em ofício dirigido ao senador Antônio F. Azevedo, presidente da Delegação de Mato Grosso no 6º. Congresso de Geografia, sediado em Belo Horizonte, para tratar da questão das divisas, D. Aquino colocou sua posição: os limites entre os estados nunca foram legalmente fixados, que Mato Grosso mantinha posse pacífica e ininterrupta de toda a região reclamada por Goiás, que a posse estava legalmente amparada pelo direito ancestral do uti possidetis e que em nenhum momento, as propostas de limites apresentados por Goiás foram homologados nas instâncias governamentais superiores da Colônia, do Império ou da República.<sup>42</sup> Uma nova cartografia deveria ser feita para reconhecer graficamente a situação.<sup>43</sup>

A posição do governo estava sintonizada com as posições da intelectualidade reunida no *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, fundado em 1919, por iniciativa do próprio D. Aquino Correia. A Revista da instituição não deixava dúvidas a respeito e trouxe em seu número inaugural<sup>44</sup> um artigo do professor Philogonio Correa com a explicação de que Goiás não possuía o menor direito sobre as terras e que Mato Grosso faria valer o direito

<sup>42</sup> Limites de Goiás. *O Matto-Grosso*, Cuiabá, n. 1600, 31 ago. 1919, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/716189/3120>. Acesso 30 nov 023.

<sup>43</sup> CORREA, Valmir Batista. *Os herdeiros de Leverger*. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 37-56, jul./dez. 2011, p. 52. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/issue/view/305>. Acesso em: 30 nov 2023.

<sup>44</sup> 08 de abril de 1919.

de posse.<sup>45</sup> O texto fazia referência à *Carta do Estado de Goiás*<sup>46</sup> elaborada em 1902 por Francisco Ferreira dos Santos: ainda que uma nota no mapa explicasse que alguns dos limites da Província de Goiás estavam pessimamente supostos o autor ateve-se ao limite do Araguaia. A questão das divisas com Goiás já vinha procrastinada desde os limites estabelecidos por Dom Marcos de Noronha em 1748 e permaneceria inconclusa por 240 anos em uma sucessão de eventos agravantes.<sup>47</sup> Neste contexto, a concessão de explorações de jazidas na região representava uma questão relevante, muito maior que a mera exploração mineral. Ainda que as jazidas fossem importantes era a própria consolidação territorial de Mato Grosso que estava em jogo.

Alguns jornais de Goiás tais como, por exemplo, *A Informação Goyana*, tripudiavam das pretensões de Mato Grosso fazer um plebiscito a fim de fazer pender a decisão para um dos lados da fronteira. Tratava-se, evidentemente de pura retórica para leitores que achavam que a questão se revolveria por inércia do governo goiano:

Em fim, como Matto Grosso fica lá nesses confins do mundo, é bem possível que ainda não chegasse às mãos de seus administradores ao menos um exemplar da Constituição de 25 de Março de 1824 e o respectivo Acto Adicional – onde vem que as antigas províncias eram incapazes, não podiam perder terreno próprio nem adquirir, por usocapião território pertencente a outras. Dahi e de outras disposições de leis em plena vigência na República o “uti possidetis” não pode ser invocado. <sup>48</sup>

A Concessão para exploração das jazidas, antes de 1922, foi repassada para a *Companhia Industria e Comércio* enquanto pressões políticas tentavam passar a titularidade para Daniel de Lima. A Concessão caducou em abril de 1923 e retornou ao estado para que pudesse “conceder datas mineraes pela forma que a Assembléa estabelecer.”<sup>49</sup> O governo em ato contínuo, baixou o decreto<sup>50</sup> que reservava “terras devolutas” em uma faixa de seis quilômetros ao longo de cada margem do rio das Garças. O Regulamento que se seguiu para normatizar a exploração das jazidas e estabelecimento de núcleos coloniais estipulavam uma taxa de arrendamento anual por lote de 20\$000, parcela estadual correspondente a dois por cento da produção bruta, Alvará de Licença de instalação

<sup>45</sup> CORREA, Philogonio. *Limites de Mato-Grosso com Goiaz*. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Cuiabá, 1919, p. 77-87. Disponível em: <https://www.ihgmt.com.br/revista-do-ihgmt/revista-1-1919-1/46>. Acesso em 30 nov 2023.

<sup>46</sup> *Carta do Estado de Goiás*. Disponível em: [https://arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/01\\_AN.png](https://arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/01_AN.png). Acesso em 02 nov 2023.

<sup>47</sup> TEIXEIRA NETO, Antônio; BUCCI, Roberto Luiz Franco. *A questão de limites entre os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 39-55, jan./dez. 1983. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/4277/3756>. Acesso: 22 nov de 2023.

<sup>48</sup> Notas e Informações. *A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, 15 nov 1919, n. 4, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/176648/801>. Acesso em 30 nov 2023.

<sup>49</sup> *Apud* LUCÍDIO, op. cit., p. 133.

<sup>50</sup> Decreto 635 11 mai 1923.

de 100\$000 e a criação da Agência Geral das Minas a ser instalada em Santa Rita do Araguaia.<sup>51</sup> A ação, além de provocar novas ondas de protestos, gerou outra consequência: a organização entre os garimpeiros. O coro, nos monchões e grupiaras da região do Garças, era uníssono: “Ou cai a concessão ou arrebenta a revolução.”<sup>52</sup>

Lajeado organizou-se sob a liderança de Cândido Soares Filho, Cassununga sob Quincas Laborão, Pombas sob Reginaldo Vieira de Melo e em Bandeira, sob a liderança do recém-chegado, Manuel Balbino de Carvalho. Todos estavam sob a coordenação de José Morbeck que se intitulava Intendente do Araguaia e do Garças. Manuel Balbino de Carvalho, pernambucano, conhecido pela alcunha de Carvalhinho, havia chegado na zona dos garimpos em agosto de 1922. Rapidamente instalou-se nas lavras e na estrutura de poder instalada. Em novembro daquele ano, ele já havia se tornado “capangueiro”, compadre de José Morbeck e viajou ao Rio de Janeiro acompanhado por Daniel de Lima para vender as pedras. Procurava escapar do comércio local e criar seu próprio vínculo com o mercado consumidor. A renda permitiu que estabelecesse como chefe de equipe, dono de garimpo e comerciante varejista à frente de centenas de pessoas nas imediações do alto Bandeira, afluente do Garças, no garimpo da Urtiga. O lugarejo – batizado de São José do Bandeira ou Bandeirópolis – fervilhava de atividade mineradora.

Enquanto a exploração seguia seus ritmos, Dom Aquino, em 1921, comemorou a sentença do Juízo Arbitral proferida no Rio de Janeiro com a confirmação do rio Araguaia - da cabeceira do Araguaia à cabeceira do rio Aporé e, por este abaixo, até sua foz no rio Paranaíba - como limite oriental de Mato Grosso. Estava convicto que a Assembleia aprovaria o laudo arbitral ainda que este “privasse” Mato Grosso de vastas áreas no município de Sant’Anna do Paranaíba.<sup>53</sup> Em relação aos garimpos a ação de Dom Aquino foi mais ampla: não interferiu diretamente, mas construiu bases legais, apoios intelectuais e políticos para garantir o território em litígio com Goiás.

As coisas seriam diferentes sob o governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa. O quadro financeiro era preocupante: o declínio do ciclo da borracha havia provocado uma queda drástica na arrecadação de impostos, enfrentava dificuldades no pagamento dos funcionários públicos e de títulos da dívida. Em 1922, ele assumiu o governo de Mato Grosso determinado a exercer o controle sobre a região diamantífera. Tinha amplo apoio político uma vez que seu partido, o Partido Republicano, aglutinava as oligarquias e contava com o

<sup>51</sup> FRANÇA, op. cit., p. 76.

<sup>52</sup> Idem, p. 75.

<sup>53</sup> *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, ao instalar-se a sua 1ª. Sessão Ordinária da 12ª. Legislatura, em 7 de setembro de 1921, por d. Francisco de Aquino Corrêa, bispo de Prussiáde, Presidente do Estado.* Cuiabá: Typografia Official, 1921, p. 13. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873080/1466>. Acesso em 02 dez 2023.

prestígio de expoentes locais como, por exemplo, Generoso Ponce, Joaquim Murtinho e o coronel João C. Peixoto de Azevedo. Pedro Celestino deixou claro que o governo estava ciente da situação de evasão de divisas e que estava à procura dos meios adequados para integrar a atividade mineradora no quadro da receita de impostos. Para ele isto deveria ser feito pela constituição de uma “classe industrial privilegiada no Estado pela sua desoneração de contribuição com impostos para as despesas collectivas.”<sup>54</sup> Para o governo urgia controlar a região diamantífera do Garças. Enquanto isso os garimpos fervilhavam de atividade, submetidas apenas às leis internas. Imperava sobre todos o “deus contrabando”<sup>55</sup> que invalidava quaisquer estatísticas referentes à produção e ao comércio local.

Toda esta atividade colocava combustível nas pretensões de Goiás exercer algum controle sobre aquele território. Em junho de 1922, o governo goiano criou a Comarca de Torres do Rio Bonito, ampliou a jurisdição da comarca da capital de maneira a incorporar áreas de Sant’Anna do Paranaíba, Três Lagoas, Coxim e no Araguaia, manifestou interesse em fazer concessões de explorações minerais na região do Garças e passou a cobrar impostos sob gado que entrava em Goiás através de Mato Grosso.<sup>56</sup> A questão do controle legal do território não estava pacificada e o governo de Pedro Celestino protestou. O secular litígio havia assumido aspecto de confronto aberto e Mato Grosso requereu ao Supremo Tribunal Federal a manutenção do *statu quo*. O governo, tão logo a posse fosse validada, esperava iniciar a regularização das concessões das jazidas exploradas “desde 1910 à revelia de qualquer ação administrativa de Mato Grosso”<sup>57</sup> e abastecer a receita dos cofres públicos. A questão era que, ainda que Mato Grosso tivesse a legalidade da posse, enfrentava dificuldades para exercer o direito e implantar algum controle. Estava diante de uma muralha formada por uma população auto organizada que opunha uma resistência. Mas acontecimentos nos garimpos em breve forneceriam argumentos para que o governo alterasse o cenário.

### **Rio das Pombas: o pomo da discórdia e os conflitos.**

Dos vários garimpos instalados na região do Garças no início da década de 1920 o ribeirão das Pombas – futuro município de Poxoréu e Dom Aquino - era um dos mais

<sup>54</sup> Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, ao instalar-se a sua 2ª. Sessão Ordinária da 12ª. Legislatura, em 13 de maio de 1922, pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá: Typografia Official, 1922, p. 60-61. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873080/1569>. Acesso em 02 dez 2023.

<sup>55</sup> RIBEIRO, op. cit., p. 181.

<sup>56</sup> Mensagem em 21 de maio de 1923 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Presidente do Estado. Cuiabá: Typografia Official, 1923, p. 20-26. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873080/1662>. Acesso em 02 dez 2023.

<sup>57</sup> Idem, p. 27.

pródigos. Similar aos demais, era regido por um código não escrito<sup>58</sup> e pactuado entre os garimpeiros e fazendeiros locais. Somente dentro das relações entre eles é que se é possível compreender a polarização entre José Morbeck e Carvalhinho bem como toda a dinâmica do conflito daí decorrente.

Até então, os conflitos entre fazendeiros, garimpeiros e comerciantes eram resolvidos *in loco* onde notabilizava-se a liderança de Morbeck e Carvalhinho. Em 1923, o governador Pedro Celestino esboçou uma tentativa de inserir um agente governamental na área dos garimpos e exercer algum tipo de controle sobre a extração: enviou um pequeno contingente de soldados comandado pelo tenente Manoel Pereira, conterrâneo de Morbeck: alguém com a mesma origem geográfica podia, ao menos, encontrar pontos em comum com Morbeck e os garimpeiros, em sua maioria baianos. Esperava-se que a cobrança de impostos fosse minimamente organizada, o contrabando fosse combatido e os conflitos locais fossem mediados por um agente público. A pretensão era dividir a área em quatro distritos policiais: Chapadinha, Bandeira, Café e Cassununga. Não deu certo e o tenente Manoel Pereira, alcunhado de Pereirinha, foi hostilizado. Os garimpeiros protestaram: somente pagariam impostos ao Sr. Morbeck ou a alguém que ele indicasse. Ele era a única pessoa que reconhecia no exercício de autoridade. Àquele juízo, qualquer medida a respeito da região que não o tivesse por intermediário, estaria condenada ao fracasso. Organizava-se o Partido Democrata Morbeckista, com dois mil homens armados e municiados à disposição do comando. A agremiação contava com uma força armada própria, o “Batalhão Patriótico General Rondon”, criado para defender a “legalidade”, ou algo que a equivalesse. Todos concordavam em somente recolher os impostos mediante o intermédio de seu representante.<sup>59</sup> Houve um esboço de reação e Morbeck expulsou o Promotor de Justiça da Comarca de Santa Rita do Araguaia, Dr. Alloysio Valadares.

No final de 1924, um acontecimento no garimpo de São Pedro no rio das Pombas desencadeou um desentendimento entre garimpeiros baianos e maranhenses. Reginaldo Vieira de Melo, que liderava o garimpo, interveio. Tentou conter as agressões. Não adiantou e dois baianos – Chiquinho e João Baio – atiraram contra o grupo dos maranhenses e mataram dois homens do outro grupo e dois morreram. O acontecimento, que à primeira vista poderia ser naturalizado como comum em áreas de garimpo, foi rapidamente agravado

<sup>58</sup> Por exemplo, em terrenos devolutos, qualquer itinerante podia demarcar uma “frente”, bastando demarcar os limites. Garimpeiros podiam associar-se sendo “patrão” e “meia-praça”: ao primeiro cabia o fornecimento de ferramentas e mantimentos e ao segundo a dar a primazia exclusiva da oferta de venda, sendo o lucro repartido descontado o custo operacional. Quebrada a sociedade a “frente” poderia passar a um deles ou negociado. Caso o garimpeiro iniciasse a exploração sem financiador a posse era dele, caso tivesse sido demarcada após a sociedade ela seria repartida (RIBEIRO, op. cit., p. 78-83).

<sup>59</sup> Caso Complicado nos garimpos de Mato Grosso. A Noite, Rio de Janeiro, 12 mar 1923, n. 4050, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/8732](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/8732). Acesso em: 04 dez 2023.

e desencadeou um massacre. Em 22 de dezembro, um grupo de garimpeiros baianos investiu sobre o povoado de Alcantilado, próximo de São Pedro, e executou dezoito pessoas. Logo os líderes locais foram informados dos acontecimentos. Morbeck recebeu correspondência enviada por Ondino Rodrigues de Lima, maranhense que havia trabalhado na *Patagônia*:

Tem esta por fim comunicá-lo a maior das minhas infelicidades, na manhã de vinte e dois, um grupo de bahianos de acordo com os chefes (ilegível) o Quinco que está dando notícia de terem barbaramente assassinado três ou quatro maranhenses e gritando por toda a parte que reunissem os baixa ferro, descessem até o Alcantilado, nosso acampamento distante mais de dois quilômetros encontrassem nosso pessoal almoçando em toda a calma, porque ignorava fossem assassinados com a máxima selvageria, o Agostinho nosso irmão, o tio Zuza e mais quatro companheiros de barraca e ainda não posso afirmar se terão sido somente estes porque faltam dois dos filhos do tio Zuza e quatro companheiros que estavam no barracão e que não foram encontrados até esta hora, os quais ignoro, onde foram vivos ou mortos, e nem procurá-los posso porque corre com viza de verdade que tal grupo pretende me incluir e ao Leonardo no rol das vítimas, não tenho expressões para esclarecer o banditismo com que tais desordens foram praticadas, somente o jovem Casteliano e Salvador Hora se revoltaram contra tal procedimento. E incrível mas infelizmente é verdade. Os homens depois de assassinarem os rapazes picam os cadáveres a punhaladas e ainda detonaram carabinas nos rostos que chegaram a queimá-los o fogo da pólvora. Com esta comunicação não posso nem implorar o vosso auxílio porque quando esta chegar se eu não me defender já estarei no número dos mortos, é somente para vos por a par destes tristes acontecimentos. A diferença que existia entre eu, meu irmão e meus primos é porque eram ingênuos, o filho cassula do tio Zuza. Amadeu já é sabido que saiu no mundo esguaritando e horrorizado, não sei onde esta criança irá se parar com este terror, tudo isto que vos esclareço não tem nada de alarme, é a realidade, bem sabe que não aumento história. A minha demora aqui é somente saber dos nossos infelizes primos que não sei o resultado, só isto faz-me a retirada desta pequena faixa de Mato Grosso e da sua chefia.<sup>60</sup>

Apareceram versões responsabilizando Morbeck pelos acontecimentos. O periódico *Correio do Sul*, em circulação em Campo Grande, por exemplo, divulgou que:

Contam que Morbeck contrariado com os nortenses que não aceitaram sua chefia ordenou a Reginaldo de Melo seu representante expulsasse dos garimpos todos os nortenses considerados seus desafetos. Não conseguindo se ver obedecido na ordem de expulsão que transmitiu, Reginaldo de Melo assalariou jagunços armados de mauser e na referida noite assaltou de surpresa o acampamento dos nortenses denominado São Pedro, com forte fuzilaria, continuando a feroz caçada na madrugada do mesmo dia.

<sup>60</sup> Ondino Rodrigues de Lima. *Carta*. Destinatário: José Morbeck, Córrego das Pombas, Mato Grosso, 23 dez. 1924. Disponível em: <https://morbeckxcarvalhinho.com.br/massacre-dos-maranhenses/>. Acesso em: 03 dez 2023.

[...] A população desta capital está horrorizada com a administração de cruéis cenas de selvageria praticadas pelos capangas de Reginaldo que dizem obedecer ordens de Morbeck de exterminar a fero e fogo da região diamantina todo elemento dissidente de sua política impiedosa.<sup>61</sup>

José Morbeck e Carvalhinho imediatamente rumaram para a região do Garças para se inteirar dos acontecimentos. O conflito ameaçava escalar e transbordar para outros garimpos. De acordo com Basileu Toledo França<sup>62</sup>, Carvalhinho intercedeu por Reginaldo Vieira de Melo, convicto de que ele havia sido apenas omissos. Morbeck, ao contrário, parecia decidido a fazer uma punição exemplar. Ainda que Reginaldo Vieira de Melo não tivesse matado ou iniciado os conflitos era ele o responsável por manter a ordem local. Em janeiro de 1925, Reginaldo Vieira de Melo foi preso juntamente com vários homens de sua milícia. A prisão de Reginaldo, para Morbeck, devia significar a ressignificação de sua autoridade naquela vasta região ao mesmo tempo em que afirmaria sua posição de liderança junto aos dirigentes da política estadual em Mato Grosso e Goiás. O troféu que o afastamento de Reginaldo podia representar durou pouco: em abril de 1925, os jornais anunciam que Reginaldo havia sido assassinado em uma troca de tiros com seu desafeto, Antônio Leandro, em Cuiabá.<sup>63</sup>

Neste contexto vale destacar o papel da imprensa, estadual e nacional na divulgação dos acontecimentos relacionados aos conflitos no Garças. Analisar as divulgações e opiniões ultrapassa, em muito, os limites deste recorte. Apesar disto, vale destacar que, qualquer pesquisador que se debruçar sobre o assunto não terá dificuldades de compreender que, em linhas gerais, principalmente a imprensa periódica aglutinava-se em dois polos: um, favorável ao governo estadual, apoiava medidas repressivas perpetradas para impor a ordem; outro, contrário, ainda que reconhecesse o quadro de violência generalizado, acusavam o governo de exercer o arbítrio sobre uma população pobre e ignorante. Para os primeiros, José Morbeck era um caudilho, senhor feudal, representante da maldade, comandava uma horda de desordeiros contrabandistas e responsável por reeditar em Mato Grosso o episódio sanguinolento de Canudos. Para os outros, Morbeck era o legítimo representante de uma população de migrantes nordestinos, membro do Partido Republicano de Mato Grosso, desde 1923 era Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, primeiro brasileiro a lutar contra multinacionais, instruído, cônscio de seu papel

<sup>61</sup> Nas regiões do Garças. Assassinio de 23 garimpeiros. Dois bandidos unidos pela atração do crime, procuram implantar a desordem e o terror nas zonas do Garças, chacinando pacatos garimpeiros. *Correio do Sul*. Campo Grande, 18 jan 1925, n. 626, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/765600/13>. Acesso em: 03 dez 2023.

<sup>62</sup> FRANÇA, op. cit., p. 139-140.

<sup>63</sup> Os urubus do Garças. *Correio do Sul*. Campo Grande, 23 abr 1925, n. 649, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/765600/59>. Acesso em: 03 dez 2023.

de legitimo representante dos garimpeiros e procurava exercer algum controle em um ambiente conflagrado por agressões alheias. Textos com essa carga semântica não ficaram limitados às fronteiras dos sertões de Mato Grosso. Ao contrário, financiadas pelos partidários, grupos políticos, simpatizantes, as notícias circularam – e foram amplificadas – em São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro. Identificar alguns títulos, os locais de publicação e a quantidade de citações do assunto “Morbeck” pode exemplificar, no universo do periodismo, o alcance geográfico dos conflitos na região dos garimpos. Conforme é possível observar através dos dados na Tabela 1, as maiores divulgações, além de Mato Grosso, foram na imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

Tabela 1 - Maiores ocorrências temáticas relacionados aos conflitos em Mato Grosso nos periódicos nacionais (1922-1926)

Título do Periódico	Local da publicação	Citações
<i>O Jornal</i>	Rio de Janeiro	61
<i>A Noite</i>		23
<i>O Paiz</i>		12
<i>Gazeta de Notícias</i>		16
<i>O Combate: Independência, Verdade, Justiça</i>	São Paulo	53
<i>Correio Paulistano</i>		13
<i>A Informação Goyana</i>	Goiás	5
<i>Gazeta do Commercio</i>	Mato Grosso	18
<i>A Notícia: órgão independente</i>		19
<i>O Pharol</i>		16
<i>O Matto-Grosso</i>		6 <sup>64</sup>
<i>Correio do Sul</i>	Maranhão	6 <sup>65</sup>
<i>Folha do povo</i>		3
<i>A Província</i>		12
		Dados obtidos em <a href="https://bndigital.bn.gov.br/">https://bndigital.bn.gov.br/</a> . Acesso em 07 dez 2023. <sup>66</sup>

Ambas posições provocaram um único resultado: divulgar em nível nacional a posição do estado de Mato Grosso em relação à consolidação do território em litígio com Goiás. O denominador comum do debate na imprensa, contra ou a favor de Pedro Celestino, era a opinião de que a região devia ser controlada. O panorama de violências e conflitos de toda espécie atrapalhava os negócios dos fazendeiros, impedia uma exploração das jazidas, favorecia o contrabando e criava constrangimentos ao governo de Artur da Silva Bernardes que já enfrentava consideráveis dificuldades.

<sup>64</sup> Neste período só estão disponíveis as edições de 1922.

<sup>65</sup> Neste período só estão disponíveis as edições de 1925

<sup>66</sup> Estes dados referem-se apenas às edições que estão disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/>.

Em 1925, em Relatório à Assembleia, o Vice-Presidente Estevão Alves Correia, então à frente do governo, disse que o morticínio no rio das Pombas era o resultado da “fúria epiléptica de criminosos, acaudilhados por desordeiros conhecidos.”<sup>67</sup> Para ele, além dos conflitos internos havia uma campanha política em curso que, de fora de Mato Grosso, tratava de promover um ambiente hostil ao governo estadual. Em 22 de fevereiro daquele ano, o general Rondon, em telegrama, intercedeu para que se evitassem chacinas no rio Garças. Oferecia-se para o papel de mediador e lembrou que em 1923, em Santa Rita do Araguaia, já havia procurado pacificar as animosidades entre as facções internas dos grupos de Daniel de Lima e José Morbeck. Dois dias depois um novo telegrama do general para Mato Grosso reiterava a urgência da questão com a advertência de que “inimigos” do governo estadual já levavam a questão na capital federal. A resposta do Vice-Presidente Estevão Alves Correia foi rápida e dura. No mesmo dia, Rondon recebeu um telegrama: para o governo, a campanha de difamação perpetrada na imprensa nacional e estadual era sustentada por quantias desviadas do fisco oriundas do “Estado capangueiro” instalado dentro de Mato Grosso; lembava que o promotor Aloysio Valladares e o major Carlos Hogueney foram expulsos de Santa Rita do Araguaia exatamente pelo grupo de jagunços que Rondon afirmava ter pacificado e que, caso o general realmente estivesse disposto a intermediar alguma ação, que convencesse a horda aquartelada a entregarem as armas de uso exclusivamente militar que dispunham. Em 27 de fevereiro, o general Rondon respondeu com agradecimentos. Em relação aos garimpeiros afirmou que, caso eles continuassem a negar o pagamento de impostos, o governo deveria obriga-los a cumprir a lei.

O tópico do Relatório à Assembleia – Ordem Pública – concluiu aquele assunto com a observação que a situação do distrito garimpeiro de Pombas estava inteiramente normalizado e seus habitantes “convencidos de que ao governo de Mato Grosso deviam completa obediência, como elementos que são da collectividade matogrossense.”<sup>68</sup> Neste contexto, a morte trágica de Reginaldo de Melo parecia ser um ponto final do conflito interno nos garimpos do Garças. Ao contrário, representou um acirramento no ambiente já bastante tensionado. Em meio ao impasse legal sobre o litígio do território com Goiás o governo de Mato Grosso não foi capaz de levar adiante medidas legais ou de concessões para explorações minerais. Por outro lado, o episódio de Pombas resultou no afastamento de

<sup>67</sup> Mensagem dirigida a Assembleia em 13 de maio de 1925 pelo Exmo Sr. Dr. Estevão Alves Correia, 1º Vice-Presidente do Estado. Cuiabá: Typografia Official, 1925, p. 39. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873080/1860>. Acesso em 02 dez 2023.

<sup>68</sup> Mensagem dirigida a Assembleia em 13 de maio de 1925 pelo Exmo Sr. Dr. Estevão Alves Correia, 1º Vice-Presidente do Estado. Cuiabá: Typografia Official, 1925, p 43. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873080/1860>. Acesso em 02 dez 2023.

Morbeck e Carvalhinho que se tornaram inimigos irreconciliáveis. Daí em diante a situação tornou-se acirrada e nenhuma autoridade estadual podia entrar na região diamantífera.

A tragédia do rio das Pombas teve outro desdobramento. Forneceu a oportunidade para uma tentativa de coesão local: em 22 de fevereiro de 1925 foi organizada uma grande reunião no povoado de Cassununga para definir ações do grupo. A iniciativa, apoiada por cerca de vinte mil garimpeiros, devia criar a “Liga dos Garimpeiros” e aproveitar a oportunidade da presença do major Quirino Ferreira, chefe de polícia de Cuiabá, especialmente designado para investigar os massacres, para enviarem um recado do movimento ao governo. Após deliberações foi feita e lida a Ata com as seguintes colocações: o governo ficava “obrigado” a criar delegacias de polícia em Santa Rita do Araguaia e Registro, em cargos confiados a Morbeck ou do governo; os garimpeiros ofereciam garantias aos fiscais de tributos desde que fossem nomes aprovados pela chefia local; exigia a criação de escolas primárias nos núcleos de garimpo; estendia até o rio das Pombas a exigência de se criar delegacia; incluía a necessidade de se banir o “banditismo”, exigia a apuração dos fatos e punição dos responsáveis; exigia que o governo concedesse terrenos para “rocios” nos povoados Eng. Morbeck e Cafelândia e, por fim, concedia ao líder José Morbeck o “direito de alterar o que consta nas presentes cláusulas ou aumenta-las visando o interesse geral.”<sup>69</sup> Os garimpeiros deixaram claro que não era uma agremiação hostil ao governo de Mato Grosso. Ao contrário, apoiavam o governo federal e o estadual. Eram caluniosas as afirmações de que eram revoltosos conluiados com os oficiais do exército e com bandidos<sup>70</sup>. Mas faziam questão de deixar claro que aquela região somente ainda era parte integrante de Mato Grosso devido à liderança de José Morbeck.<sup>71</sup> A balança podia pender para o lado de Goiás. Manoel Balbino de Carvalho não assinou a ata e o abismo entre ele e Morbeck aprofundou-se.

Nessa altura dos acontecimentos o Presidente de Mato Grosso, Pedro Celestino, estava cônscio da cisão entre os dois líderes e agiu: ofereceu a Manoel Balbino de Carvalho o cargo de Delegado Especial do Garças e Araguaia e Agente Arrecadador das minas dos garimpos. A posição deveria conduzir as forças governistas para pacificar a região conflagrada. Ele aceitou, cônscio que o aceite significava a instalação de conflito aberto com Morbeck e com o enorme grupo de garimpeiros que o apoiava.

<sup>69</sup> FRANÇA, op. cit., p. 156.

<sup>70</sup> *A crise no paiz dos diamantes*. Rio de Janeiro, O Jornal, 15 mar 1925, n. 1912, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_02/19954](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/19954). Acesso 23 set 2023.

<sup>71</sup> *A política no Garças*. Rio de Janeiro, O Jornal, 9 dez 1924, n. 1825, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_02/18695](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/18695). Acesso em 12 set 2023.

Morbeck não titubeou: expulsou Daniel de Lima da região do Garças sob ameaça de morte e confisco e montou quartel general em Caçununga, com garimpeiros dispostos a enfrentar Manoel Balbino de Carvalho e o governo de Mato Grosso. Em 24 de maio de 1925, atacou a Casa Pernambucana de propriedade de Manoel Balbino em Santa Rita do Araguaia. A figura 2 exemplifica o edifício antes e após o ataque das forças de Morbeck. Manoel Balbino escapou a nado através do Araguaia e se refugiou no sudoeste de Goiás. Seguiu ao encontro de seus corregilionários em Rio Verde, Goiás: o senador Antônio Martins Borges, o médico Pedro Ludovico Teixeira e o farmacêutico João Cunha que formavam o núcleo oposicionista ao governo de Brasil Ramos Caiado. Em Rio Verde, 8 de junho, Manoel Balbino soube que o Presidente do Estado Pedro Celestino se encontrava no Rio de Janeiro e decidiu encontrá-lo. Supunha que da capital federal seria mais fácil organizar um contra-ataque.



Figura 2 - A *Casa Pernambucana*, propriedade de Manoel Balbino de Carvalho, em maio de 1925, antes e depois do ataque dos homens de José Morbeck. Acervo pessoal gentilmente cedida por Dorival de C. Mello.

Manoel Balbino não conseguiu audiência com Artur Bernardes, mas conseguiu através de Antero de Barros e Estevão Correa retornar a Cuiabá via Buenos Aires.<sup>72</sup> O governo de Mato Grosso já havia organizado cerca de 200 homens e Manoel Balbino reuniu uma milícia de 300 homens formada por garimpeiros de Poxoréu, Cassununga, Tesouro e Lajeado. Sob o comando do Capitão Daniel Queiroz estava organizada a força para estabelecer o controle governamental na região do Garças. As ordens incluíam garantir Manoel Balbino no cargo de Delegado Regional de Polícia, José Morbeck no cargo de intendente de Santa Rita do Araguaia e abrir inquérito para apurar os crimes perpetrados. O grupo saiu de Cuiabá em 6 de setembro e nas proximidades de Tesouro e Cassununga, na Serra da Urtiga, aconteceu o primeiro embate com resultado favorável aos “legalistas”. Seguiram para Santa Rita do Araguaia e foram recebidos com forte resistência pelo grupo de Morbeck.

Os embates evidenciaram uma obviedade: as tropas arregimentadas por Morbeck não tinham preparo militar e não eram capazes de sustentar um confrontamento aberto. Além do mais, estavam em menor número e diante de dificuldades de abastecimento. Em 17 de outubro de 1925, após perdas de ambos os lados, a cidade de Santa Rita do Araguaia foi tomada pelos soldados. Morbeck não estava presente, mas seus comandados continuaram opondo resistência e com simpatizantes em ataques de guerrilha. Os ataques de um lado e outro duraram até início do ano seguinte. Em 23 de janeiro, após confrontamentos nas imediações de Santa Rita do Araguaia, Morbeck reconheceu a incapacidade de confrontamento retirou-se. A situação permanecia tensionada, mas os conflitos armados haviam terminado. Morbeck retirou-se para a fazenda Patagônia e Manoel Balbino mudou-se para Poxoréu, ambos esgotados financeiramente e desprestigiados pelo governo estadual.

Morbeck, no início de fevereiro de 1926 e amparado por *habeas corpus* emitido pelo Supremo Tribunal Federal – que garantia seu direito de permanência na região do Garças – enviou telegrama ao governador Mario Corrêa da Costa. Parabenizou-o com desejo de os “melhores auspícios democráticos” para o governo a ser instalado e informou que manteria uma paz honrosa, com a reserva de uma “simples atitude defensiva”. “Convicto do direito” que o amparava e “ao povo das zonas que represento” aguardava medidas governamentais.<sup>73</sup> Foi solememente ignorado. Além dos prejuízos locais, da interrupção da exploração das jazidas, da violência generalizada, o conflito no Garças produziu nas contas estaduais uma

<sup>72</sup> CARVALHO, Manoel Balbino de. *A Luta no Garças*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001, p. 20.

<sup>73</sup> Nos garimpos das Garças. A Noite. Rio de Janeiro, 01 fev 1926, n. 05100, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/348970\\_02/16510](http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/16510). Acesso em: 04 dez 2023.

despesa de 1.096:916\$150, incluído cinco meses de salários atrasados da tropa, e uma dívida total do Estado de Mato Grosso de 10.0618:91\$814.<sup>74</sup>

Tao logo assumiu o governo, em 22 de janeiro de 1926, Mario Corrêa da Costa manteve a política desencadeada por Pedro Celestino da Costa. Sabia que se recuasse a situação no Garças poderia recrudescer. Enviou para Santa Rita do Araguaia, o interventor Waldomiro Corrêa da Costa e nomeou o desembargador Custódio Asclepíades para o cargo de Delegado Especial do Garças e Araguaia. As lideranças locais foram afastadas.

## Conclusão

O estado de Mato Grosso, com a derrota de Morbeck e o desmoronamento da organização dos garimpeiros, afirmava-se como o único vencedor. Não era Manoel Balbino quem havia ganhado, mas sim o governo. Afinal havia sido o governo que recusara as imposições dos garimpeiros, havia conseguido afirmar uma liderança a seu comando tirada de dentro dos combatentes, havia negociado com o governo goiano e dificultado o quanto pode o abastecimento dos rebeldes, havia conseguido impor um regime de tributação sobre a produção de diamantes e havia mostrado ao resto do estado que não retrocedia em suas determinações. Finalmente, depois de anos incapaz de controlar a vasta região entre o rio das Mortes e o Araguaia o estado de Mato Grosso saiu vitorioso.

Mato Grosso também havia saído vitorioso na Conferência de Limites de 1920. Permaneciam, entretanto, nebulosas questões jurídicas que somente foram resolvidas judicialmente com resultado favorável a Mato Grosso: prevaleceram os limites e referências estabelecidas pela Comissão Rondon. O domínio. O desbaratamento dos conflitos, a dissolução das lideranças conflagradas nos garimpos e a instalação do efetivo controle estatal representou a consolidação deste processo.

Recebido em 15 de janeiro de 2024  
Aceito em 06 de setembro de 2024

<sup>74</sup> Mensagem do governador Mario Corrêa da Costa para Assembleia Legislativa em 1926. Cuiabá: Typografia Official, 1926, p. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/873080/1904>. Acesso em 05 dez 2023.